

## NZINGA INFORMATIVO: O FEMINISMO NEGRO NA TRANSFORMAÇÃO DO SILÊNCIO

*Nzinga newsletter: black feminism in the transformation of silence*

*Boletín nzinga: el feminismo negro en la transformación del silencio*

Danyela Barros Santos Martins de Queiroz<sup>1</sup>  
Reginaldo Moreira<sup>2</sup>

DOI: [doi.org/10.31501/esf.v1i28.14705](https://doi.org/10.31501/esf.v1i28.14705)

**Resumo:** Sob a ótica da decolonialidade, este artigo discute as principais pautas do jornal alternativo *Nzinga* (1985-1987), que confluem com a história do movimento feminista negro brasileiro: revela as dificuldades enfrentadas e barreiras que tiveram que ser rompidas no enfrentamento ao silenciamento de suas vozes emergindo questões de raça, classe e gênero. Através da escrita de mulheres negras, o *Nzinga* fraturou o espaço da mídia hegemônica mostrando que outras lógicas na comunicação são possíveis.

**Palavras-chave:** movimento feminista negro. imprensa alternativa. decolonialidade. *Nzinga* Informativo.

**Abstract:** From the perspective of decoloniality, this paper discusses the main agendas of the alternative newspaper *Nzinga* (1985-1987), which converge with the history of the Brazilian black feminist movement: it reveals the difficulties faced and barriers that had to be broken in the face of the silencing of its voices emerging on issues of race, class and gender. Through the writing of black women, *Nzinga* fractured the space of the hegemonic media, showing that other logics in communication are possible.

**Keywords:** black feminist movement. alternative press. decoloniality. *Nzinga* Newsletter.

**Resumen:** Desde la perspectiva de la decolonialidad, este artículo analiza las principales agendas del periódico alternativo *Nzinga* (1985-1987), que convergen con la historia del movimiento feminista negro brasileño: revela las dificultades enfrentadas y las barreras que debieron ser rotas para afrontar del silenciamiento de sus voces que surgen sobre cuestiones de raza, clase y género. A través de los escritos de mujeres negras, *Nzinga* fracturó el espacio de los medios hegemónicos, mostrando que otras lógicas en la comunicación son posibles.

**Palabras clave:** movimiento feminista negro. prensa alternativa. decolonialidad. Boletín *Nzinga*.

<sup>1</sup> Mestre em Comunicação, Universidade Estadual de Londrina, PR; Brasil. [danyelabarros@gmail.com](mailto:danyelabarros@gmail.com). <https://orcid.org/0009-0004-2184-5341>.

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação, Universidade Estadual de Londrina, PR, Brasil. [regismoreira@uel.br](mailto:regismoreira@uel.br). <https://orcid.org/0000-0003-4058-0938>.

Artigo submetido em: agosto/2023. Aprovado em: novembro/2023

Esferas, ano 13, vol. 3, nº 28, setembro-dezembro de 2023 | ISSN 2446-6190

Revista Esferas tem seu conteúdo sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



## Feminismo e Decolonialidade

Na primeira fase do capitalismo global, iniciada com a invasão do continente sul-americano pelos colonizadores europeus no final do século XV, *gênero* foi, ao lado de *raça*, uma das categorias fundamentais usadas para exercer o controle e a dominação das populações nativa e escravizada. O poder e o domínio do colonizador sobre o colonizado, a população nativa e os negros escravizados trazidos do continente africano não se davam exclusivamente pelo uso de força e violência, mas também, e principalmente, pelo exercício do domínio psicológico e epistêmico (colonialidade do ser e do saber; Quijano, 2000). A possibilidade de dominação e exploração se sustentou em teorias racistas baseadas na ideia de superioridade do branco europeu e inferioridade de povos africanos, asiáticos e latino-americanos.

O feminismo decolonial, que surge enquanto teoria no início dos anos 2000, aprofunda e estende essa análise ao gênero, defendendo a inseparabilidade da raça, da classe e do gênero como complexos sistemas que se cruzam na produção de opressões e manutenção das diversas estruturas de exploração (Lugones, 2008; Mohanty, 2008; Bidaseca, 2011). As feministas extraem dos estudos sobre colonialidade a compreensão do etnocentrismo ocidental como padrão superior que constrói as demais culturas e povos como o outro inferior. Esse mecanismo, que se efetiva, sobretudo, com a homogeneização de povos com diferentes histórias, linguagens, memórias e identidades, tem também repercussões no que se refere ao campo da sexualidade e ao apagamento das multiplicidades.

Chandra Mohanty, importante teórica do feminismo decolonial, analisa o colonialismo de um ponto de vista discursivo, localizando amplos sistemas de manutenção de estruturas hierárquicas.

Ainda que o termo *colonização* possua distintas concepções, que apontam para fenômenos diversos, a tônica de Mohanty (2008) está no seu efeito de eliminação ou, de modo mais velado, ocultamento da heterogeneidade dos sujeitos. A recusa ao reconhecimento plural se conecta, portanto, com a manutenção de hierarquias, uma vez que estabelece as referências normativas e subalterniza o que foge a elas. Desse modo, o feminismo decolonial oferece uma crítica ao pretense sujeito universal abstrato, marcadamente situado em uma lógica patriarcal, cis-heterocentrada, racista, elitista e urbana; e localiza complexos sistemas de opressão, dominação e exploração, que se entrecruzam, limitando a implementação de uma concepção ampliada de justiça.

A ideia do feminismo surge para contrapor as dicotomias de gênero aos ideais de masculinidade e feminilidade, que colocavam mulheres no lado doméstico e submisso. O feminismo hegemônico branco de classe média acabou servindo aos interesses de dominação capitalista patriarcal quando define a dominação masculina com base em sua experiência. Dessa maneira, por um longo período a pauta do feminismo mundial foi o direito da mulher ao trabalho e à vida pública, questões que jamais foram pautas, por exemplo, das mulheres negras ou mulheres trabalhadoras. Desse modo, podemos discutir a perpetuação do silenciamento e apagamento das vozes de mulheres negras nas lutas feministas e antirracistas no Brasil, por parte de movimentos hegemônicos.

O feminismo negro norte-americano foi o primeiro a apontar essa falha ao anunciar que a matriz de dominação era múltipla e envolvia não apenas a diferença de gênero, mas também a econômica e a de raça. No Brasil, no início dos anos de 1980, Lélia Gonzalez (1981)<sup>3</sup> já apontava que as origens

---

<sup>3</sup> Lélia Gonzalez (1935-1994): uma mulher negra, intelectual e ativista, desbravou o terreno das discussões sobre a intersecção entre gênero e raça, ao introduzir uma perspectiva afro-latino-americana ao movimento feminista. Lélia inovou ao propor um novo olhar para o feminismo, que reconhecesse a riqueza multirracial e pluricultural da América Latina, desafiando a narrativa eurocêntrica. Já nas décadas de setenta e oitenta, ela explorava temas que se assemelham aos conceitos contemporâneos de *feminismo interseccional* (que incorpora as desigualdades de raça e classe) e *decolonial* (que questiona as

históricas do movimento feminista estão profundamente ligadas à classe média branca, que teve maiores oportunidades em termos de educação, emprego, estabilidade financeira, prestígio e mais. No entanto, essa vantagem acabou obscurecendo a percepção das mulheres envolvidas no movimento em relação às desigualdades de classe e *status* que existiam dentro do grupo feminino em geral. Para a autora, o próprio feminismo brasileiro, de certa forma, se beneficiou da opressão enfrentada pelas mulheres negras. Em outras palavras, a liberdade conquistada por algumas mulheres estava fundamentada na exploração de classe e raça de outras mulheres que não possuíam os mesmos privilégios sociais.

Lélia destacou uma contradição presente no movimento feminista, visto que ele não abordava outras formas de discriminação. Ela argumentou que abordar questões como a divisão sexual do trabalho sem considerar sua interligação com as dinâmicas raciais era, na verdade, criar uma abstração de racionalismo universal, característico de um discurso masculino e branco. Sua sugestão era que o movimento das mulheres abordasse abertamente as relações raciais, a fim de evitar que a luta feminista se desconectasse da realidade ou perpetuasse a ideologia eurocêntrica.

Sueli Carneiro (2003a, p. 118) utiliza-se da expressão *enegrecendo o feminismo* para marcar a trajetória das mulheres negras no interior dos movimentos feministas brasileiros, a fim de modificar a condição de silenciamento de vozes e de invisibilidade de corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo. A autora denuncia a identidade branca e ocidental da formulação clássica do feminismo e a insuficiência teórica e prática política dele em conseguir integrar as diferentes expressões do feminino que despontam em sociedades multirraciais e pluriculturais.

---

estruturas econômicas e os paradigmas de grupos dominantes). Como fundadora do coletivo Nzinga, em 1983, juntamente com outras ativistas, Lélia Gonzalez deixou uma marca duradoura.

O surgimento do movimento de mulheres negras na contemporaneidade pode ser visto como uma reação às persistentes formas de discriminação histórica, incluindo racismo, sexismo, desigualdades socioeconômicas e normas heteronormativas. Esse movimento se configura como um espaço político estrategicamente construído por mulheres negras na sociedade, visando concretizar um projeto de justiça social. Sua composição é caracterizada por diversidade e heterogeneidade, congregando mulheres envolvidas em múltiplas esferas de ativismo para fomentar o empoderamento das mulheres negras no contexto brasileiro. A designação *movimento de mulheres negras* encapsula uma identidade política fortemente forjada por ativistas a partir da reivindicação de uma história compartilhada de luta e da reconhecida importância do combate ao racismo, como destacado por Jurema Werneck (2007, p. 1), que o considera o “fator primordial na geração de desigualdades, tanto entre gêneros quanto entre mulheres”, sendo essa disparidade exacerbada pelo sexismo e pela heteronormatividade.

Nessa perspectiva, esse texto vai apresentar, por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental, a comunicação elaborada pelo movimento de mulheres negras do coletivo Nzinga, entendendo a imprensa alternativa enquanto um espaço de construção e manutenção de discursos não hegemônicos e de identidades de luta e resistência. O referencial teórico que orientou a origem desse artigo se ancorou nos estudos de Lélia Gonzalez (1985), Rosália Lemos (1997), Elizabeth Viana (2006), Alex Ratts e Flávia Rios (2010), Karina Janz Woitowicz (2014), Bernardo Kucinski (2018) e Viviane Gonçalves Freitas (2018). Além disso, utilizamos os exemplares dos jornais encontrados em acervos digitalizados (edições 2, 3, 4 e 5)<sup>4</sup>, para examinar os textos e as imagens publicadas no informativo,

---

<sup>4</sup> Para este trabalho foram consideradas as edições de 2 a 5, devido à dificuldade em encontrar nos acervos digitalizados a edição inaugural.

como forma de entender as tendências, representações e os discursos elaborados pelas mulheres do coletivo Nzinga.

O *Nzinga Informativo* foi um meio pelo qual essas mulheres articularam as várias tensões pelas quais estavam passando, proporcionando, por meio de suas escritas, o direito de autonegação, autodefinição, trazendo novos olhares e lugares de fala, deslocando hierarquizações e relações de poder. Através de trechos emblemáticos do jornal, fazemos uma demonstração de como se tratava de um movimento de vanguarda, que colocava em prática conceitos que serão elaborados e teorizados anos mais tarde por ativistas/intelectuais/feministas, tais como a interseccionalidade (Crenshaw, 2004), a transformação do silêncio em “linguagem-ação” (Lorde, 2019), e o ato de “erguer a voz” tal qual propõe bell hooks<sup>5</sup> (2019a).

### **Jornais Alternativos: a alternativa para ressoar a voz da negritude**

A partir dos anos 1970, os jornais alternativos feministas no Brasil apresentaram uma inovadora forma de ativismo político por meio da escrita. Como aponta Woitowicz (2014), houve uma busca por ampliar o espaço para vozes marginalizadas e perspectivas femininas que frequentemente eram negligenciadas pela mídia tradicional. A mídia alternativa feminista passou a desafiar as representações estereotipadas das mulheres e promover uma abordagem crítica das questões de gênero, explorando nuances e complexidades que geralmente eram ignoradas. Serviu não apenas como uma resposta

---

<sup>5</sup> bell hooks é o nome adotado por Gloria Jean Watkins em homenagem à avó. O nome, escrito em minúsculas, expressa sua recusa à autoimportância intelectual: hooks desejava que suas obras e palavras fossem foco, não sua identidade. Sua extensa produção abordou as conexões entre imperialismo econômico, supremacia branca e patriarcado, sendo fundamental para compreender os entrelaces das dinâmicas de raça, classe e gênero nas práticas culturais, acadêmicas, subjetivas e cotidianas.

reativa, mas também como uma plataforma de construção de conhecimento e resistência. Ela ofereceu um espaço para mulheres se tornarem produtoras ativas de conteúdo, compartilhando suas histórias, experiências e perspectivas. Isso criou um ambiente de empoderamento e solidariedade, onde as mulheres puderam se conectar e fortalecer umas às outras.

Assim, é possível identificar o surgimento do feminismo na mídia alternativa como um embate discursivo não hegemônico. Esse embate teve a capacidade de promover no cenário público uma perspectiva libertadora das limitações que restringiam a vivência das mulheres. O papel desempenhado pela mídia alternativa feminista foi significativo na moldagem da cultura da época, ao viabilizar uma representação social das mulheres que se diferenciava do padrão predominante. A respeito do significado da imprensa feminista, vale a pena ressaltar uma análise feita por Barbara Godard (2002), a qual enfatiza o papel dos jornais feministas no âmbito da mídia alternativa. Isso nos permite compreender os processos envolvidos na reprodução social e na criação de valor cultural. Esses jornais operam fora do paradigma de publicação capitalista predominante, encontrando-se nos limites e em contraposição. Isso ocorre tanto devido à sua posição periférica em relação ao mercado quanto ao seu compromisso com a ideologia de contestação.

Os periódicos são desenvolvidos para fomentar as ideologias feministas: eles criam novos circuitos para disseminar entre as mulheres saberes e práticas que buscam transformar a condição feminina sob a qual as mulheres têm sido sujeitadas à opressão sistêmica. [...]. Significativas práticas que desafiam a ordem simbólica, os periódicos feministas estabelecem contra-instituições que legitimariam modos alternativos de conhecimento e estrutura editoriais. Ponto-chave para esse desafio é sua existência como organizações sem fins lucrativos fora da ficção dominante do segmento de mercado como

determinante de valor. Ao invés de se colocarem em uma ação direcionada e amigável, as feministas têm como projeto a crítica e a transformação. Elas, conscientemente, têm como objetivo produzir uma posição para um assunto específico de leitura, uma leitura feminista que se dedique à crítica da leitura dominante e, por extensão, da publicação e de outras práticas econômicas (Godard, 2002, p. 212-213).

Destacamos que a abordagem de comunicação alternativa adotada neste estudo compreende a natureza não hegemônica das produções originadas por grupos e movimentos sociais. Conforme Grinberg (1987, p. 30) descreve, “é considerado alternativo todo meio que, em um contexto marcado pela presença de setores privilegiados que detêm o controle político, econômico e cultural ... implica em escolher uma opção em contraposição ao discurso dominante”. Segundo esse autor, o conceito de *alternatividade* surge para engendrar mensagens distintas ou divergentes das propagadas pelos canais dominantes, apresentando uma distinção qualitativa em relação aos meios hegemônicos. Assim, o foco recai sobre o conteúdo: a ausência de um discurso alternativo inviabiliza a existência de um meio alternativo.

O *Nzinga informativo* foi um jornal que marcou a existência de mulheres até então pouco reconhecidas no campo social: mulheres negras periféricas. Os jornais alternativos feministas pioneiros<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Entre os pioneiros podemos destacar os jornais *Brasil Mulher* (1975-1980), *Nós, Mulheres* (1976-1978) e *Mulherio* (1981-1988). *Brasil Mulher* foi lançado em dezembro de 1975; como o apoio do Movimento Feminino Pela Anistia, teve sua linha editorial fortemente influenciada pelo marxismo e, em especial, pelo maoísmo, voltado para a temática da pobreza e miséria. Em 1976 foi lançado o *Nós, Mulheres* como uma base de ativismo mais ampla que o *Brasil Mulher*, incluindo membros de clubes de mães engajadas em lutas por creches na Zona sul de São Paulo. Sua matriz ideológica também era o paradigma clássico das esquerdas, mas com autonomia clara para a luta feminista; foi o primeiro jornal a colocar que o privado era público e a levantar questões como a sexualidade. *Mulherio* foi o mais duradouro jornal feminista; contou com o suporte da Fundação Carlos Chagas e o financiamento da Fundação Ford, fugindo do modelo organizativo dos alternativos dos anos 1970, mas mantendo sua postura editorial como alternativa. Seu conselho editorial reuniu importantes pesquisadoras do feminismo no Brasil e proclamou-se independente de todo e qualquer grupo feminista ou instituição de pesquisa (Kucinski, 2018).



eram compostos por mulheres brancas e contavam com uma equipe editorial abrangente, incluindo estudantes de psicologia, comunicações e história, além de sociólogas e jornalistas. Em relação ao contexto socioeconômico, essas mulheres eram filhas de famílias abastadas, algumas casadas pertencentes à classe média e outras profissionais da pequena burguesia. As mulheres negras, que jamais experimentaram sororidade por parte das feministas brancas, também percebiam a ausência de aliados no movimento negro, quando as discussões ultrapassavam o ativismo antirracista e adentravam o território das questões específicas da vivência das mulheres negras no Brasil. Em resposta à tendência de marginalização desse feminismo, essas mulheres estabeleceram seus próprios coletivos e lançaram seu próprio jornal, empreendendo esforços para desenvolver uma compreensão mais profunda dos mecanismos de opressão e exploração aos quais estavam submetidas.

A realidade é que as mulheres negras no Brasil não se viam representadas pelo feminismo promovido por mulheres brancas de classe média, independentemente do período em questão. Conforme apontado por Caldwell (2000),

Enquanto na superfície parecia que as mulheres brancas e negras poderiam se unir e lutar contra sua opressão comum enquanto mulheres, diferenças entre elas, em termos de experiências e lugares sociais, tornaram-se fontes de conflito e divisão dentro do movimento feminista. Muitas dessas divisões se mantêm até hoje. Enquanto buscavam no feminismo um alívio para o sexismo que encontravam em organizações negras, várias negras brasileiras logo perceberam que a raça provocava uma fissura que impedia a união de negras e brancas numa luta supostamente fraterna por uma causa comum (Caldwell, 2000, p. 98).

As injustiças do racismo e do sexismo operam de maneira tão arraigada que frequentemente privam as mulheres negras de processos pessoais de autodesenvolvimento. Os sistemas de desvalorização que afetam as mulheres negras estão intrinsecamente ligados às estratégias empregadas pelas elites dominantes para manter essas mulheres à margem do mercado de trabalho, da educação formal e da participação cidadã. Assim, recuperar a própria voz (hooks, 2019a) se revela como uma ferramenta crucial para desfazer as dinâmicas de poder que perpetuam a subordinação das mulheres negras. Consequentemente, a iniciativa liderada por figuras como Lélia Gonzalez, Jurema Batista, Sandra Bello, Elizabeth Viana, Jane Thomé, Miramar Correa e outras no âmbito do Nzinga: Coletivo de Mulheres Negras, assumiu um papel emblemático na trajetória do feminismo brasileiro.

### **Erguendo a voz com o Nzinga: interseccionalidade e transformação do silêncio**

O coletivo Nzinga teve sua origem em 16 de junho de 1983, em meio à efervescência do ressurgimento dos movimentos sociais na esfera pública brasileira durante os anos 1980 e à aproximação entre os movimentos negro e de favelas. A Associação do Morro dos Cabritos, localizada na zona oeste do Rio de Janeiro, foi escolhida como sede desse coletivo, em um período em que a participação dos grupos de mulheres negras organizados ganhava mais espaço na cena política nacional (Gonzalez, 1985).

O nome do grupo está intrinsecamente ligado à missão de resgatar um passado histórico, prestando homenagem à rainha africana homônima e à sua luta contra o colonialismo português em Angola. Adicionalmente, as simbologias perduram nas cores da logomarca, que evocam a cosmovisão

religiosa afro-brasileira e os movimentos feministas: o amarelo de Oxum e o roxo do movimento internacional de mulheres. De acordo com Gonzalez, o pássaro presente na logomarca representava a linhagem ancestral feminina na tradição nagô (Gonzalez, 1985). O nome foi proposto por Lélia Gonzalez, a primeira coordenadora do coletivo, após pesquisas sobre a história das mulheres africanas e o poder que exerciam (Viana, 2006).

O coletivo Nzinga aproveitou os recursos provenientes do financiamento concedido pela instituição norte-americana Global Ministries (uma agência ligada à United Methodist Church), que possibilitou a realização do projeto intitulado “História contemporânea das lutas das mulheres negras”. Por meio desse projeto, o principal objetivo do jornal era resgatar a trajetória de envolvimento político e social das mulheres negras na sociedade brasileira. Isso incluía uma análise interligada do racismo e do sexismo. No entanto, a publicação possuía uma regularidade bastante variável e um número limitado de edições, conforme evidenciado pelos intervalos entre as circulações das edições. Esse padrão era característico da imprensa alternativa daquela época (Kucinski, 2018).

Foram lançadas cinco edições do *Nzinga Informativo*, nos meses de junho e julho de 1985, fevereiro-março de 1986, julho-agosto de 1988 e março de 1989. Cada número compreendia de seis a oito páginas, sendo que a maioria dos artigos não era identificada por autor. No entanto, a edição número 5 se destacava das anteriores em termos de tamanho, abarcando 16 páginas. Além disso, ela trouxe uma diferença significativa, ao apresentar a cobertura do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em dezembro de 1988, em Valença (RJ). Essa edição continha textos-depoimento assinados por representantes de diversos coletivos de mulheres negras de várias partes do Brasil. Esse

fato ilustra a expansão do alcance do informativo e a interação existente entre os grupos atuantes naquela época.



Figura 1- Capa Nzinga Informativo Edição nº 2 (Nzinga Informativo, 1985, p. 1).

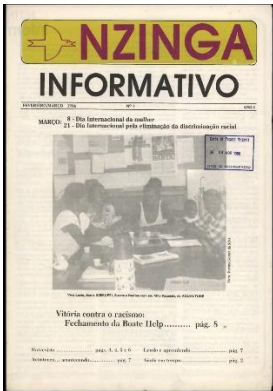


Figura 2 - Capa Nzinga Informativo Edição nº 3 (Nzinga Informativo, 1986, p. 1).



Figura 3 - Capa Nzinga Informativo Edição nº 4 (Nzinga Informativo, 1988, p. 1).

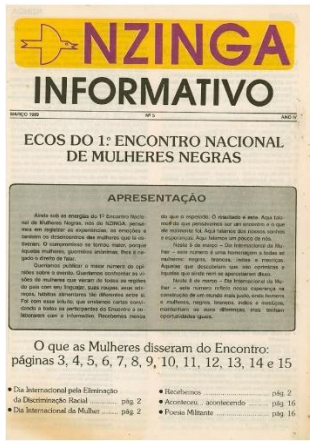


Figura 4 - Capa Nzinga Informativo Edição nº 5 (Nzinga Informativo, 1989, p. 1).

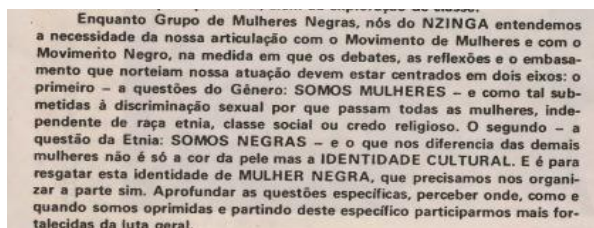
Viviane Gonçalves Freitas (2018) fez um estudo estabelecendo categorias temáticas sobre a agenda do *Nzinga* com suas principais ideias. A categoria “Comunidade negra” abrange temas como

cultura negra, discriminação racial, mulheres negras, escritoras/es negras/os e movimentos negros. Trata-se da categoria de maior peso relativo do informativo, concentrando 62% das pautas trabalhadas. Outras pautas encontradas referem-se a organizações de mulheres, política institucional, história de mulheres, educação, direitos sexuais e reprodutivos, violências contra mulheres, trabalho, saúde, pobreza/periferia.

Dentre as várias ações empreendidas do grupo, destacam-se os cursos de formação, as reuniões de coletivos, os seminários, os lançamentos de livros, as celebrações religiosas e os bailes de cunho afrodescendente. A diversidade dessas atividades revela os vínculos solidários presentes no âmbito desse ativismo. Além disso, parece refletir um padrão mais amplo das formas de atuação e entretenimento adotadas pelos participantes dos movimentos sociais durante o período de redemocratização. Evidencia-se um compromisso notável com a integração na sociedade e com a disseminação do ativismo, o que fica evidente na variedade de espaços e organizações frequentados pelas ativistas do coletivo Nzinga.

O coletivo assumia uma postura de proteção e apoio às mulheres negras na busca por seus direitos e orientava-se por princípios democráticos e pela aspiração de alcançar justiça social. A sua missão era contribuir para a transformação da realidade dessas mulheres. Com esse propósito, o *Nzinga Informativo* se apresentava como um meio de difusão das lutas das mulheres negras dentro de diversos movimentos sociais. O objetivo era promover uma maior articulação entre as organizações de mulheres negras e outros setores da sociedade, com o intuito de fortalecer a mobilização em relação às questões sociais e políticas do país. Para Alex Ratts e Flávia Rios (2010), a experiência do *Nzinga* é

considerada muito relevante por ter buscado desenvolver, na prática e de forma interligada, as categorias de raça, classe e gênero.



Enquanto Grupo de Mulheres Negras, nós do NZINGA entendemos a necessidade da nossa articulação com o Movimento de Mulheres e com o Movimento Negro, na medida em que os debates, as reflexões e o embasamento que norteiam nossa atuação devem estar centrados em dois eixos: o primeiro – a questões do Gênero: SOMOS MULHERES – e como tal submetidas à discriminação sexual por que passam todas as mulheres, independente de raça etnia, classe social ou credo religioso. O segundo – a questão da Etnia: SOMOS NEGRAS – e o que nos diferencia das demais mulheres não é só a cor da pele mas a IDENTIDADE CULTURAL. E é para resgatar esta identidade de MULHER NEGRA, que precisamos nos organizar a parte sim. Aprofundar as questões específicas, perceber onde, como e quando somos oprimidas e partindo deste específico participarmos mais fortalecidas da luta geral.

Figura 5 - Trecho Nzinga Editorial nº 4, julho/agosto 1988 (Nzinga Informativo, 1988, p. 2).

Isso demonstra a vanguarda do movimento das mulheres negras, tendo em vista que a *interseccionalidade* enquanto conceito foi cunhada pela professora e ativista Kimberlé Crenshaw, em um artigo de 1989, no qual ela discutia como as experiências das mulheres negras eram frequentemente negligenciadas nos discursos feministas e antirracistas. A autora argumentava que as opressões não podem ser compreendidas de maneira isolada, mas sim como um conjunto de fatores interconectados, utilizando-se da metáfora de um cruzamento de estradas, onde várias identidades e formas de discriminação se encontram. A interseccionalidade, portanto, refere-se à ideia de que as identidades de uma pessoa, como gênero, raça, classe social, orientação sexual, habilidades físicas, entre outras, não podem ser consideradas isoladamente, mas sim umas em relação às outras. Isso significa que as experiências e as opressões vivenciadas por alguém são moldadas pelas interações dessas várias dimensões de identidade.

Um destaque especial pode ser dado ao ato da escrita do jornal alternativo, que passa a ser um sinônimo de poder, porque dá uma voz e capacidade de transmitir a revolta do grupo envolvido. É também uma constante busca de identidade, que a confronta com a sua alteridade, mas que se torna imprescindível para um reencontro consigo mesma e com as outras mulheres. Escrever ordena e valida o mundo ao nosso redor, auxilia no processo de criar intimidade consigo mesma, autodescobrir-se e dotar-se de valor. Essa comunicação permitia criar diálogo com a comunidade, dividindo experiências comuns e redefinindo um processo de ruptura com o silêncio imposto, despertando uma nova consciência do que é ser uma mulher negra. Trata-se de uma escrita e uma forma de comunicação que possui um comprometimento com a vida, e, quando se trata de uma escrita que parte das mãos de mulheres negras, ela vai além do estético e do belo, pois trata-se de uma escrita carregada de vivências<sup>7</sup>, afetos e dores. É uma escrita atravessada também por histórias que um dia forma apagadas, silenciadas.

Portanto, trata-se de um importante ato de transformar o silêncio em linguagem-ação, o que nos aproxima do pensamento da autora Audre Lorde (2019), que considerava vital que, em vez de silenciar ou reprimir nossas experiências e opiniões, podemos convertê-las em expressões verbais e ações concretas. Lorde argumentava que o silêncio imposto às vozes de grupos marginalizados era uma forma de opressão e controle. Para resistir a isso, ela nos incentivava a falar, a compartilhar nossas histórias e a agir para criar mudanças. A autora considerava essa transformação em um ato de empoderamento; acreditava que, ao dar voz às nossas experiências, reconhecemos nossa própria

---

<sup>7</sup> Conceição Evaristo (2007) vai falar sobre uma escrita que escreve a existência, uma escrevivência, que representaria “a função, a urgência, a dor, a necessidade e a esperança da escrita. É preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?” (Evaristo, 2007, p.17). Nesse mesmo sentido, Audre Lorde (2019) também afirmava que a escrita feminina deveria incluir as particularidades das suas vivências cotidianas como mulher, no caso da autora: negra, lésbica, mãe, poeta e guerreira.



humanidade e possibilitamos que outros compreendam nossas lutas. Isso, por sua vez, fortalece nossa capacidade de resistir à opressão e buscar a justiça e a igualdade.

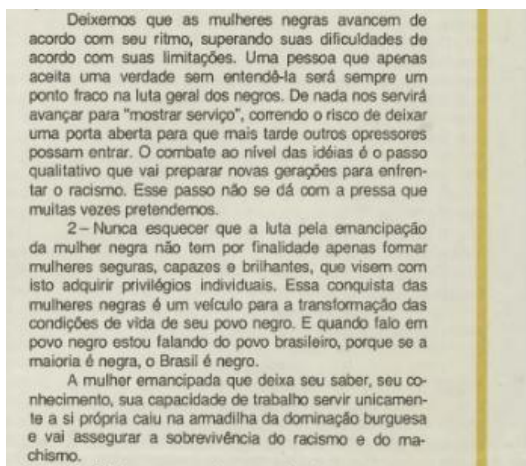


Figura 6 - Trecho texto “Machismo e Racismo” (Nzinga Informativo, 1988, p. 4).

Nesse mesmo sentido, encontramos o conceito de *erguer a voz*, de bell hooks (2019a), que se trata de um convite para que indivíduos se manifestem contra a injustiça, o silenciamento e as opressões. Isso significa falar com clareza, coragem e autenticidade sobre questões que afetam a si mesmos e às comunidades a que pertencem. Para hooks, erguer a voz é uma forma de empoderamento individual e coletivo. Ao expressar nossas opiniões e experiências, assumimos o controle de nossa narrativa e contribuimos para a construção de um entendimento mais amplo sobre as complexidades das questões sociais. Ao erguer a voz, também construímos solidariedade com outros que compartilham lutas semelhantes. Isso cria um espaço para a troca de ideias, o compartilhamento

de histórias e a formação de alianças que fortalecem os movimentos por mudança. Erguer a voz é um ato de resistência, pois desafia as normas dominantes e as estruturas de poder que tentam nos silenciar. É uma forma de se opor à conformidade e à submissão, promovendo a autoafirmação e a autonomia.

Assim, podemos localizar no *Nzinga* elementos que comprovam a vanguarda do movimento, com contribuições que foram necessárias para a construção do conceito do que, anos mais tarde, ficaria conhecido como feminismo decolonial, dando relevância às experiências de mulheres marginalizadas em suas formulações teóricas, revelando que a própria trajetória das mulheres constitui uma forma de produção de conhecimento que deve ser considerada na produção de teoria.

### **Considerações finais**

A mídia alternativa feminista de mulheres negras se desenvolveu em resposta à inadequação da mídia tradicional em abordar de maneira justa e abrangente as questões de gênero, raça e classe, o que levou as mulheres a desafiar os sistemas de poder dominantes ao expor as estruturas de opressão e oferecer uma crítica contundente ao *status quo*. Ao contrapor as narrativas hegemônicas, essa mídia incentivou uma conscientização mais profunda das relações de gênero e capacitou as pessoas a questionarem as normas estabelecidas. Assim, podemos compreender a importância da mídia alternativa feminista negra como uma voz crítica e transformadora dentro do cenário midiático contemporâneo, que nos convida a considerar como essa forma de comunicação contribui para a

ampliação das vozes femininas, para a desconstrução de narrativas hegemônicas e para a promoção de um diálogo inclusivo.

Pudemos também analisar que o feminismo hegemônico desconsidera a existência da interseccionalidade (Crenshaw, 2004) que perpassa os corpos de mulheres negras. Ignora as imbricações de raça, classe e sexualidade existentes, insistindo em categorias universalizantes. Mulheres negras e de outras raças e etnias não são separadamente mulheres, são categorias que se interseccionam e constroem o ser. Lélia Gonzalez (1981) atribuiu que a mulher negra, enquanto mulher e negra, está no cerne da subjugação no Brasil, experienciando dois tipos de desigualdades. Gonzalez (1985) também afirmava que o movimento negro enriquecia as mulheres no que diz respeito à questão racial, por um lado, mas que o sexismo era vigente, e o movimento feminista as enriquecia sobre a questão de gênero, mas que o racismo o cercava. Mulheres negras brasileiras, para Carneiro (2003b), tiveram de despendar trabalho feminilizando o movimento negro e enegrecendo o movimento feminista, a fim de contemplar suas especificidades.

Pela maneira como o coletivo Nzinga se colocou, por desenvolver amplas frentes de atuação, podemos afirmar que, por meio das margens (hooks, 2019b), as mulheres negras têm ocupado lugar de luta, de resistência, reagindo ao longo do tempo às opressões sofridas. Historicamente têm se organizado de diversas formas autônomas e institucionalizadas, junto a movimentos sociais como o movimento feminista negro e ao movimento negro, próximas a partidos políticos e buscando ocupar a tomada de decisão e os espaços de produção do conhecimento, rompendo com a hegemonia de alguns movimentos, construindo o feminismo e registrando suas histórias. A resistência tem se

transformado na medida em que as opressões ganham novas formas e, assim, têm resistido a opressões interseccionais (Collins & Bilge, 2021).

Faz-se interessante pontuar que o *Nzinga*, enquanto processo comunicacional, tinha como elemento central a defesa da participação democrática, a horizontalidade na tomada de decisões, valorizando as identidades, a cultura e o caráter dialógico nas relações. Nesse sentido, tal qual defende Peruzzo (2022), a valorização maior está no processo comunicacional (mais do que no produto produzido), uma vez que se dá na práxis de intervenção social por mudança da realidade de grupos em condições de vulnerabilidade, seja da comunidade ou do próprio movimento social, com foco na conscientização, à educação para a cidadania, num contexto de luta pelo reconhecimento de direitos. Trata-se de uma comunicação comunitária, protagonizada pelo movimento de mulheres negras, num contexto de luta popular contra desigualdades e por direitos de cidadania, uma comunicação ressignificada no âmbito dos movimentos sociais e das comunidades, que se afasta do modelo difusionista que serviu de estratégia e às finalidades de expansão do capital.

## Referências

- Bidaseca, K. (2011). Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café: desigualdade, colonialismo jurídico y feminismo postcolonial. *Andamio - Revista de Investigación Social*, 8(17), 61–89.
- Caldwell, K. L. (2000). Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 8(2), 91–109.
- Carneiro, S. (2003a). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117–132.
- Carneiro, S. (2003b). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*, 49, 49–58.
- Collins, P. H. & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. Boitempo.

- Crenshaw, K. (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In AÇÃO EDUCATIVA. *Cruzamento: raça e gênero*. (pp. 7–16). Unifem.
- Evaristo, C. (2007). Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In M. A. Alexandre (Org.), *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. (pp. 16-21). Mazza.
- Freitas, V. G. (2018). *Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos*. Paco.
- Godard, B. (2002). Feminist periodicals and the production of cultural value: the Canadian context. *Women's Studies International Forum*, 25(2), 209–223.
- Gonzalez, L. (1981). Mulher Negra. *Mulherio*, 1(3), 8–9.
- Gonzalez, L. (1985). Mulher negra. *Afrodíaspóra*, 6-7(19), 94–106.
- Grinberg, M. S. (1987). Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades. In M. S. Grinberg (Org.), *A Comunicação alternativa na América Latina*. (pp. 18–30). Vozes.
- hooks, B. (2019a). *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Elefante.
- hooks, B. (2019b). *Teoria Feminista: da margem ao centro*. Tradução de Reiner Patriota. Perspectiva.
- Kucinski, B. (2018). *Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa*. (3. ed.). Edusp.
- Lemos, R. de O. (1997). *Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro*. [Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Lorde, A. (2019). *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Tradução de Stephanie Borges. Autêntica.
- Lugones, M. (2008). *Colonialidad y Género*. Bogotá: Tabula Rasa, 9, 73–101.
- Mohanty, C. T. (2008). Bajo los ojos de occidente: academia feminista y discurso colonial. In L. S. Navaz & A. Hernández (Eds.), *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. (pp. 117–164). Cátedra.
- Nzinga Informativo, 2(jul. 1985).
- Nzinga Informativo, 3(fev./mar. 1986).
- Nzinga Informativo, 4(jul./ago. 1988).
- Nzinga Informativo, 5(mar. 1989).
- Peruzzo, C. M. K. (2022). *Pedagogia da comunicação popular e comunitária nos movimentos sociais*. Sulina.

Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. (pp. 201–245). Colección Sur Sur, CLACSO.

Ratts, A. & Rios, F. (2010). *Lélia Gonzalez*. Selo Negro.

Viana, E. do E. S. (2006). *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)*. [Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro].

Werneck, J. (2007). Gênero, raça e interseccionalidade. In ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. *Construindo a equidade: estratégia para implementação de políticas públicas para a superação das desigualdades de gênero e raça para as mulheres negras*. (pp. 1–3). UNIFEM.

Woitowicz, K. J. (2014). A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 11(1), 104–117.